

**SOCIEDADE EM REDE E FORMAÇÃO DE COMUNIDADES  
VIRTUAIS: NOVAS PERSPECTIVAS DE APRENDIZAGEM  
INCLUSIVA, COLABORATIVA E NÃO VIOLENTA**

*NETWORK SOCIETY AND FORMATION OF VIRTUAL  
COMMUNITIES: NEW PERSPECTIVES FOR INCLUSIVE,  
COLLABORATIVE AND NON-VIOLENT LEARNING*

*Rachel Machado<sup>1</sup>  
Sandra Mara Bessa<sup>2</sup>*

**Resumo:** O uso progressivo da internet deu origem a uma nova organização social, a uma sociedade em rede que transformou os paradigmas dos grupos sociais e originou as comunidades virtuais. Este trabalho apresenta as comunidades virtuais de aprendizagem como possibilidade para a construção do conhecimento inclusivo, crítico, criativo e não violento na educação. Apresenta-se ainda o conceito de distância transacional e como as tecnologias influenciaram estas comunidades e suas implicações na democratização da informação do conhecimento. Numa visão transversal, é apresentada a possibilidade do uso de tecnologias contemporâneas como uma das propulsoras das comunidades virtuais, mais inclusivas e menos violentas baseadas na cooperação e na empatia.

**Palavras-chave:** Comunidades Virtuais; Distância Transacional; Aprendizagem em rede; Inclusão; Não-violência

**Abstract:** The progressive use of the internet gave rise to a new social organization, a network society that transformed the paradigms of social groups and gave rise to virtual communities. This work presents virtual learning communities as a possibility for building inclusive, critical, creative and non-violent knowledge in education. The concept of transactional distance is also presented and how technologies have influenced these communities and their

---

<sup>1</sup> Presidente do ILAES e associada desde 2015, historiadora, especialista em Planejamento Estratégico e Gestão de Políticas Sociais pela Universidade Cândido Mendes e pós-graduanda em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUC/RS.

<sup>2</sup> Coordenadora Pedagógica do ILAES, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília, com especialização em Administração Escolar e em Educação à Distância e Graduação em letras pelo CEUB.

implications for the democratization of knowledge information. In a transversal view, the possibility of using contemporary technologies as one of the drivers of virtual communities, more inclusive and less violent based on cooperation and empathy, is presented.

**Keywords:** Virtual Communities; Transactional Distance; Network Learning; Inclusion; Non-violence.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde os primórdios, o homem descobriu que viver em grupos é mais seguro e apresenta grandes vantagens; a vida em conjunto torna-se mais fácil e privilegia a sobrevivência, trazendo ideias conjuntas e estratégias que possibilitam novas perspectivas. Fazendo uma breve viagem pela história, percebemos que os diversos grupos humanos sempre estiveram reunidos em busca de alimento, organização social e segurança. O mundo globalizado não mudou muito, só que esse homem social e sempre inserido em seus grupos de interesse partiu de congregados tradicionais para comunidades virtuais onde a informação e a comunicação são pontos altos e fundamentais para a convivência em sociedade.

Comunidade, segundo Ferdinand Tönnies (1985 *apud* Brancaleone, 2008), é nomenclatura diferente do termo sociedade, pois enquanto o primeiro representa o passado, a aldeia, a família orgânica com motivação afetiva, estabelecida por relações locais e interação entre o grupo; o segundo estava associado à frieza e ao egoísmo, sendo mecânica e fruto da modernidade. Falar em comunidade é remeter, segundo Palacios (1998) ao “sentimento de pertencimento, à territorialidade, à permanência, à ligação entre o sentimento de comunidade, caráter corporativo e emergência de um projeto comum, e à existência de formas próprias de comunicação”.

No que diz respeito à formação de novas comunidades, é evidente o impulso dado pela evolução das tecnologias da informação e da comunicação e a utilização cada vez mais efetiva do computador, da Internet e de tantas outras transformações provocadas pelos novos tempos, na conformação de grupos que se encontram, dialogam e interagem em tempo e espaços diferentes dos adotados pelas

comunidades tradicionais alterando, portanto, comportamentos não só de estudantes, mas das pessoas em geral.

A consequência natural foi uma conexão global vinte e quatro horas por meio de tecnologias que potencializam a interação, maior divulgação do conhecimento que se propaga em tempo real e maiores possibilidades de aprendizagem coletiva. E como se pode imaginar, surgem a cada dia novas ferramentas, redes e formas de agregar e congregar pessoas por intermédio das tecnologias. Tais mudanças geram novas formas e necessidades em relação aos modelos existentes que pautavam o modo de aprender e de se relacionar com o mundo.

## **2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Nos últimos tempos, temos vivenciado processos constantes de mudanças que se configuram como uma verdadeira ruptura de concepções no que tange à educação. A pandemia obrigou-nos a todos, educadores, pais, estudantes, a repensar como se caracteriza a escolarização brasileira e como as desigualdades sociais impactam fortemente na garantia constitucional do direito à educação de qualidade e, conseqüentemente, em sua segurança humana. Precisamos, portanto, refletir sobre o modelo educacional presente e as diferentes formas de aprender que estão ao nosso dispor.

Nesse contexto, cabe compreender o quanto o avanço das tecnologias tem afetado diretamente a maneira como as pessoas se relacionam entre si, ampliando as comunicações e amplificando a interação social em redes, como também o quanto tem alterado a forma como as pessoas se relacionam com o conhecimento disponível. A pergunta que persiste diz respeito a quem cabe educar, pois que estamos todos a nos educar constantemente nos mais diversos meios. A consciência de que estamos educando uns aos outros e a nós mesmos permanentemente muda radicalmente a forma como encaramos a aprendizagem. Aqui, podemos recorrer aos conceitos de educação formal, não formal e informal que compõem o espectro dessa formação

humana a que somos submetidos continuamente. Segundo Gohn (2006, p. 28):

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Dessa forma, devemos pensar se estamos preparados para realizar esse processo de ensino e de aprendizagem com a qualidade devida. Conseguimos, por exemplo, realizar com seriedade e pertinência a curadoria das informações disponíveis? Mapear e selecionar o que é relevante em meio ao turbilhão de dados e informações não é tarefa fácil e requer trabalho árduo. O caminho para realizar essa curadoria é individual e intransferível, mas deve se basear especialmente no bom senso ao se verificar a veracidade do conteúdo que consumimos e o que de fato é primordial para nossa aprendizagem. De acordo com Ochs (2022, s/p):

Essa imensa oferta acaba levando a uma compulsão de acumular informação, mas não necessariamente nos ajuda a construir conhecimento de forma sólida, ou mesmo segura – porque é um tipo de engajamento muito raso e acrítico com todo esse conteúdo. Para aprender, de fato, precisamos nos acostumar a interrogar a informação ao invés de simplesmente consumi-la, que é um tipo bem diferente de leitura.

Em uma outra perspectiva, é fundamental reconhecer que o papel da escola e da família deve se alterar diante dessa realidade quando se trata de educar. Os espaços virtuais de aprendizagem se tornam cada vez mais híbridos, o que implica a combinação de momentos presenciais e a distância, mediados por meio de tecnologias. Nesse sentido, recorreremos ao conceito de Distância transacional, trazida por Moore (2010, p. 239) entendida como a distância psicológica ou de comunicação existente

entre professor e aluno no processo de ensino e aprendizagem. O próprio autor amplia tal conceito para além da educação a distância, pois como o próprio conceito traduz, não se trata de distância geográfica apenas, mas das possibilidades de diálogo que se estabelecem em ambientes de aprendizagem com os mais diversos atores. Tal perspectiva encontra-se corroborada em pesquisa realizada com alunos de pós-graduação a distância realizada por De Souza, De Souza Santana, Cesar (2023, p. 6)

O hiato de compreensão e comunicação entre professores e alunos também acontece durante as aulas presenciais, mesmo que o distanciamento geográfico entre eles não seja tão grande como na Educação a Distância.

A proposição de uma educação que se dá continuamente, o que hoje chamamos de *lifelong learning* foi a base para o relatório da UNESCO na Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, em trabalho apresentado por Delors, em 1999, mas que continua sendo considerado como verdadeiro ainda hoje:

A educação, de modo geral, prepara o ser humano para o desenvolvimento de suas atividades no percurso de sua vida. Nesse sentido, faz-se necessário uma educação, ao longo da vida, a fim de dar suporte aos vários aspectos sejam eles, econômicos, sociais, científicos e tecnológicos, impostos por um mundo globalizado. Sendo assim, não basta que as pessoas acumulem no começo da vida uma quantidade de conhecimentos, mas devem aproveitar todas as oportunidades para “atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos”, procurando compreender o mundo em mudança. (Cascais e Terán, 2009)

Mais do que se preocupar, portanto, com a transmissão de conteúdos, há que se atentar para o desenvolvimento de competências para aprender a aprender e de forma contínua, permanente, consciente e intencional. Desenvolver habilidades de leitura crítica, de autoria, de autonomia diante das informações com que se depara é mais importante do que ter memorizados nomes, fórmulas ou similares. Esse paradigma que infesta nossas escolas precisa ser ultrapassado no sentido de que não

podemos ser meros consumidores do pensamento alheio, mas coautores nesse processo de dar sentido ao que lemos e ao mundo a nossa volta. De acordo com Moreira, Correia e Dias-Trindade (2022, p. 4):

se aceitarmos que os ecossistemas digitais de aprendizagem em rede podem representar ambientes férteis, dinâmicos, vivos e diversificados onde o conhecimento, as ideias e o espírito empreendedor podem nascer, crescer e evoluir, então é crucial reconhecer a necessidade de uma nova perspectiva na criação de cenários híbridos de aprendizagem e reconhecer a necessidade do processo ser sustentado por modelos pedagógicos colaborativos, construtivistas e de aprendizagem pela descoberta que permitam ligar vários estilos de aprendizagem.

Assumir, desta feita, o protagonismo da própria aprendizagem gera uma nova forma de lidar com a realidade presente e suas premências. Saramago (1995), em seu Ensaio sobre a cegueira, já nos alertava sobre a afirmação de que não há cegueiras, mas cegos, quando a experiência dos tempos não tem feito outra coisa que nos contar que não há cegos, mas cegueiras coletivamente assumidas. E cabe a cada um de nós superarmos a cegueira insana da aceitação tácita e sem crítica, porque podemos sempre aprender em todo lugar e a qualquer tempo. É fundamental lembrar que estamos falando de aprendizagem integral, humanística que seja capaz de preparar o indivíduo à assunção de responsabilidades partilhadas.

Por outro lado, há que se considerar, como afirma Lévy (1999), que, nas comunidades virtuais, as emoções não ficam de fora, as relações on-line estão muito longe de serem frias. Traz-se para o ciberespaço a interpretação, a reflexão e a crítica onde a responsabilidade de cada indivíduo é marcada por ele próprio. A comunicação via redes de computadores precisa ser assumida em todas as suas conseqüências e com as responsabilidades que se lhes impõe, posto que o ciberespaço não pode ser considerado terra de ninguém em que se possa praticar todo e qualquer tipo de violência impunemente.

Moreira, Correia e Dias-Trindade (2022, p. 13), em suas conclusões sobre pesquisa realizada com estudantes de pós-graduação a respeito de abordagens híbridas de formação, afirmam que:

o sucesso da utilização destas abordagens híbridas nas realidades digital e virtual depende não só das condições tecnológicas e sociais, mas também, e fundamentalmente, das condições pedagógicas. No entanto, temos de ter consciência de que a referida renovação constante da pedagogia implica uma alteração cultural muito grande, pois obriga a repensar constantemente os papéis dos professores e dos estudantes e a relação existente entre eles. E isto não é tarefa simples. Para além disso, estes novos sistemas exigem também uma nova forma de comunicar e avaliar, onde os professores e os estudantes partilham a responsabilidade pela aprendizagem, sendo os primeiros os responsáveis pela organização inicial do ecossistema que a propicia, através do aumento da possibilidade de comunicação bidirecional, da participação ativa, da troca entre os pares, do estímulo à autonomia, mobilizando, para isso, os recursos tecnológicos disponíveis.

No entanto, a um só tempo em que reconhecemos a necessidade de inserir as tecnologias digitais de informação como parte da educação no sentido de dar espaço para a inclusão em uma sociedade digital, precisamos também nos perguntar sobre como fazer isso com segurança. As cenas de horror noticiadas recorrentemente sobre as mais diferentes violências cometidas em espaços virtualizados, seja sob a perspectiva psicológica ou física são inadmissíveis em uma sociedade que se quer civilizada.

Devemos compreender que estamos diante de um grave risco social em que se quebram as normas mais básicas de um contrato civilizatório minimamente aceitável. Podemos aqui afirmar que as violências, em suas diferentes manifestações, sempre existiram, mas não há como fechar os olhos para a sua capacidade de propagação por meio dos avanços tecnológicos. Precisamos, dessa forma, encarar o fato de que as redes sociais apenas amplificam os comportamentos já existentes, potencializando-os. No que tange à ampliação desse comportamento

violento nas redes sociais, chama atenção ainda a ideia de que o anonimato de alguma forma garante a impunidade.

Dentre os aspectos a serem considerados na aprendizagem sobre o uso de tecnologias digitais educacionais, chama atenção para o fato de há legislação que possibilita a devida punição no caso de violências persistentes, como é o caso do cyberbullying (Brasil, Lei 13185/2015):

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

I - ataques físicos;

II - insultos pessoais;

III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

IV - ameaças por quaisquer meios;

V - grafites depreciativos; VI - expressões preconceituosas;

VII - isolamento social consciente e premeditado;

VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (cyberbullying), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

É fundante também reconhecermos que a solução não está em cercar o acesso de crianças e jovens a esse mundo que se abre a um enorme potencial de aprendizagem. O caminho a ser trilhado deve, assim, passar por um rigoroso marco regulatório da internet, que permite compreender, localizar, coibir tais violências contra quem quer que seja. À revelia disso, as pessoas precisam ser educadas para a não violência em qualquer espaço em que se insiram; para a superação do uso ingênuo de redes sociais e para uma convivência social saudável que não empurre as pessoas para um mundo de fantasias em que tudo é permitido. E isso deve ser ensinado no ambiente familiar e também na escola, espaços propícios para a formação integral do indivíduo desde a infância.

A proposição do estabelecimento de comunidades virtuais de aprendizagem deve, assim, considerar esse contexto. Recuero (2004) cita que comunidades virtuais são agrupamentos humanos que surgem no ciberespaço através da comunicação mediada por computador e à medida



que interligam pessoas, são consideradas redes sociais. Tais comunidades configuram-se como um espaço na internet onde as pessoas podem trocar informações, se relacionar e compartilhar conhecimento, ampliando seu *network* e possibilitando o desenvolvimento de relações de várias naturezas: social, política, acadêmica, de negócios etc.

As comunidades virtuais, ou cibercomunidades, são formadas por grupos de pessoas com interesses em comum que se organizam no ciberespaço, tendo como objetivo compartilhar informações sobre assuntos de interesse dessa determinada comunidade, propiciando a ampliação do conhecimento sobre tal assunto e outros que são de interesse destes. Estas comunidades podem surgir tanto pelo encontro de pessoas, virtualmente, que possuem os mesmos interesses ou então nascem de comunidades presenciais que passaram a utilizar a rede para expandir e otimizar suas ações. A intencionalidade que move uma comunidade virtual, ou presencial, pode se dar a partir da interação de movimentos locais ou de outras motivações como lutas por direitos sociais. As tecnologias digitais potencializam as possibilidades de compartilhamento e colaboratividade por meio das redes sociais.

A velocidade com que as informações são processadas e o conhecimento colocado à disposição de muitos, faz com que surjam comunidades virtuais de aprendizagem, ligadas ou não a uma instituição educacional, as quais procuram por novos meios, menos rígidos, e espaços que correspondam as suas “necessidades reais e à especificidade de seu trajeto de vida”. (Lévy, 1999, p. 169), podendo, assim, desenvolver conhecimentos, ao mesmo tempo que socializam e se sentem parte de um grupo. A Internet, como meio de comunicação ágil, flexível e de baixo custo, e sua adoção em larga escala pelas organizações, foi propulsora das comunidades virtuais. Grupos de pessoas com interesses comuns - em uma organização ou em várias - se formaram aos poucos, se comunicando por meio de diferentes redes sociais.

As comunidades virtuais de aprendizagem priorizam a interação social, a aprendizagem colaborativa e o trabalho cooperativo. Nesta perspectiva, a própria comunidade se legitima, por constituir-se a partir de afinidades de interesses, de conhecimentos, de projetos mútuos e

valores de troca, estabelecidos no processo de cooperação. Nestas comunidades, há a oportunidade de uma aprendizagem ativa, em que o indivíduo tem papel principal na construção de seu conhecimento, quando esta cria significados por meio de vivências, exploração, manipulação e interação. Estar inserido na sociedade do conhecimento e da informação num sentido amplo, pressupõe um indivíduo capaz de utilizar recursos das novas tecnologias, ter acesso às informações e desenvolver determinadas competências e habilidades requeridas.

No tocante ao que se requer como competência e habilidade, espera-se que os estudantes assumam posturas reflexivas sobre seu próprio fazer enquanto profissionais em formação que precisam se preparar de maneira adequada para se inserir no mercado. Não basta aprender a fazer, mas é preciso ir além, aprender a aprender, a ser, a conviver e a transcender. A par disso, essa nova era da sociedade do conhecimento e da sociedade da informação, que se desenvolve em ritmo crescente e acelerado, amplia os desafios de formação inicial e continuada que assumem um caráter estratégico seja em termos individuais ou coletivos.

A convivência, que se estabelece nos ambientes educacionais, os quais replicam as realidades sociais, pressupõe interação como processo que ultrapassa os limites do simples enviar e responder mensagens. Mais que isso, a interação aqui implica recursividade, tendo em vista que os interlocutores estabelecem relações dialógicas. Assim, é na convivência, na ação sobre o outro, estabelecida a partir de uma comunicação autêntica e significativa, que se constrói a coaprendizagem ou a aprendizagem colaborativa.

Para que se consolide uma cultura de aprendizagem dessa natureza, é fundamental vencer uma série de desafios. Dentre eles, há que se reconhecer o valor potencial e real das qualidades das pessoas com quem se convive. Isto só é possível se compreendemos como as pessoas sentem, pensam e agem. A melhor maneira de alcançar esse desafio é, sem dúvida, pelo exercício da escuta ativa, do respeito à alteridade e do feedback ao interlocutor.

Outro desafio está em perceber como as pessoas aprendem, como constroem o conhecimento, considerando suas diferentes dimensões: conceituais (leis, teorias, conceitos, princípios), atitudinais (valores, crenças, atitudes e posturas) e procedimentais (métodos, técnicas e procedimentos). Dessa forma, é evidente a necessidade de se recorrer, nos ambientes de aprendizagem, a ações diferenciadas que propiciem a dialogia, como seminários, reuniões, games, participação em eventos, fóruns de debates e troca de informações.

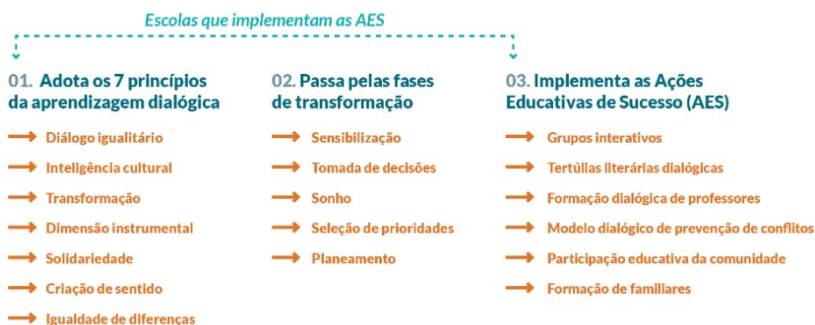
O desenvolvimento de redes se configura como terceiro desafio a ser vencido, compreendendo uma grande teia que se tece com tecnologias, serviços, pessoas, ideias, informações e contam com ferramentas diversas: diretrizes estratégicas nos cursos e componentes curriculares; cultura forte de planejamento e avaliação; acesso, disseminação e a segurança das informações; investimento em processos interativos; estímulo a um alto volume de sugestões e ideias dos estudantes; estímulo a criação e inovação; trabalho em equipes e valorização da formação de lideranças.

Instituições educativas preparadas para tamanha mudança paradigmática, sem dúvida, percebem com maior clareza, as resistências, os obstáculos, as possibilidades e os significados das diferentes situações e propostas com que se depara. Para tanto, é preciso redimensionar valores, especialmente, aqueles ligados à comunicação, capacidade discursiva que permite a aglutinação ou a ruptura; o consenso ou o conflito, a convergência ou a dissidência que geram o que aqui chamamos de coaprendizagem, pois que se dá inicialmente em um processo de intra-aprendizagem para depois se configurar como interaprendizagem.

Um projeto desenvolvido pelo CREA (Community of Research on Excellence for All) na Universidade de Barcelona, na Espanha propôs, ao longo de 30 anos a transformação de escolas em Comunidades de Aprendizagem com um grupo formado por mais de 80 pesquisadores. Em mais de 9000 escolas, distribuídas por 14 países de todo o mundo, o projeto implementou as Ações Educativas de Sucesso, concluindo, por meio dos dados coletados que tais iniciativas são a forma mais eficaz de

superar desigualdades sociais e educacionais. A imagem a seguir mostra sinteticamente os pressupostos dessa proposta:

## UMA ESCOLA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM



Fonte: <https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/pt/apresentacao/sobre-comunidades-de-aprendizagem>

Fica perceptível nas ações, a prevalência do diálogo, do compartilhamento de responsabilidades, a preocupação com a prevenção e a mediação de conflitos. De maneira geral, a formação de comunidades virtuais traz consigo a concepção de que os participantes de comunidades virtuais desenvolvem conceitos de "moral social" e é criado, um código de conduta, não formalmente, que comanda suas relações, com relação à importância das informações que circulam na comunidade. Normalmente, não é imposto o que "pode" e o que "não pode" em uma comunidade; ela mesma se autorregula e se organiza. Os papéis assumidos e a responsabilidade de cada componente do grupo envolvido no processo, a opinião pública e seu julgamento aparecem naturalmente nesse espaço.

A experiência em conjunto é a grande responsável pela democratização da informação e do conhecimento, levando a humanidade a uma evolução tecnológica e científica cada vez mais rápida. Os grupos, através de comunidades virtuais de aprendizagem, interagem e constroem uma inteligência coletiva alinhada com as novas profissões geradas pela era digital. Essa inteligência coletiva se sustenta num novo espaço, caracterizada pela ausência de fronteiras geográficas,

liberdade de expressão e cidadania global mediada pelo computador. O conceito surgiu a partir dos debates promovidos por Pierre Lévy sobre as tecnologias da inteligência, caracterizado por um novo tipo de pensamento consolidado por conexões sociais que ocorrem através da utilização das redes abertas de computação da Internet. E hoje se ampliam para redes complexas de acesso, de produção e de disseminação de conhecimento propiciados, por exemplo, pela inteligência artificial.

Não podemos negar, por exemplo, que o uso da inteligência artificial tem alterado significativamente as relações dos alunos com a aprendizagem. Isso altera fortemente os hábitos e as rotinas que determinam as buscas por conhecimento e sua produção. Nunca foi tão verdadeiro o provérbio “Tem muito tempo aquele que não o perde.”. Em se pensando em tempo, a interação, como consequência, é essencial para quem quer manter-se atualizado e competitivo, tento em vista que ninguém consegue sozinho realizar a curadoria de toda a informação disponível. Em tal perspectiva, podemos afirmar que comunidades cooperativas de aprendizagem nos ajudam a economizar tempo. No contexto escolar, espaços de aprendizagens se ampliam na medida em que não mais se restringem ao perímetro em que ocorre a relação fechada entre professores e alunos na sala de aula, mas se abrem a todas as possibilidades e interações. Não se pode mais considerar a aprendizagem como um privilégio daqueles que estão na escola, mas um processo que ultrapassa suas fronteiras e continua ao longo de toda vida.

Nesse sentido, a inteligência artificial pode amplificar o trabalho coletivo e colaborativo, posto que a aprendizagem é muito mais do que a aquisição de capacidades para pensar, é a aquisição de muitas capacidades para pensar sobre várias coisas. Esse pressuposto da construção colaborativa, fruto da interação não é algo novo, mas nunca se pensou na dimensão que tomaria na atualidade, tendo em vista que modificamos nossa relação com o conhecimento na medida em que recorremos a ferramentas que nos trazem informações iniciais prontas sobre as quais devemos exercer a gestão final do ato de pensar.

Se viajarmos para o final do século XX, podemos lembrar que o exercício completo da cidadania era caracterizado pela alfabetização.

Hoje, discute-se a necessidade de letramento digital para reduzir as desigualdades sociais numa perspectiva de multiletramento, em que o cidadão é capaz de localizar informações para resolver problemas do dia a dia, resolver questões junto a órgãos públicos e privados através do computador, interagir virtualmente e, em especial, participar da construção coletiva do conhecimento. Assume, desta feita, uma postura que vai além da recepção de informação, mas de curadoria, compreensão crítica e produção de conteúdos. Segundo a BNCC (2018, p. 9), é uma das competências gerais a serem desenvolvidas na educação básica:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

A organização da aprendizagem a partir de uma comunidade de aprendizagem contempla a promoção de um conhecimento de natureza prática, a formação de atitudes, desenvolvimento de responsabilidades, a formação de hábitos e comportamentos, a autonomia e capacidade de autoaprendizagem. Pertencer a um grupo com interesses comuns, pessoas com as quais seja possível trocar ideias, ensinar, conversar e aprender sobre o que prioritariamente interesse comum, já é potencialmente motivador para desencadear um processo significativo de aprendizagem. No que tange às vantagens de organizar uma aprendizagem mais dialógica, Aubert *et al* (2018) afirmam que:

A aprendizagem dialógica é produzida em *diálogos igualitários*, em interações nas quais é reconhecida a *inteligência cultural* de todas as pessoas e que são direcionadas à transformação dos níveis prévios de conhecimento e do contexto sociocultural, de modo que seja possível avançar até o sucesso de todos e todas. A aprendizagem dialógica é produzida em interações que aumentam a *aprendizagem instrumental*, favorecem a *criação de sentido* pessoal e social, estão orientadas por princípios

solidários e nas quais a igualdade e a diferença são valores compatíveis e mutuamente enriquecedores.

Os novos conhecimentos construídos a partir de comunidades virtuais de aprendizagem promovem, portanto, um novo modo de ser, de saber e de apreender, em que cada novo sistema cria novos desafios, que implicam novas competências e novas formas de construir conhecimento. Essas novas formas de aprender, que estão surgindo, aproximam-se, cada vez mais, da maneira com que os seres humanos constroem naturalmente seu conjunto pessoal de saberes.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um vídeo cujo título anunciava: “Cão de duas patas ensina outro igual a se levantar” será o ponto de partida de nossas considerações finais. É muito interessante perceber que de fato o tal cão exercitava a ação de ensinar na medida em que intencionalmente se dispunha a mostrar ao outro como fazer para se levantar. O cão professor demonstrava na prática como fazer e observava o desempenho do outro, retomando o ensinamento. Cabe, dessa forma, perguntar o quanto a metodologia escolhida se assemelha ao que nossos autores de mais elevada estirpe defendem sobre a educação.

A aprendizagem, que assim se dá, é minimamente relevante sob a perspectiva do quanto partir de modelos pode nos fazer compreender que, seja por meio da análise do contexto ou mesmo da verificação da viabilidade do processo aprendido, os conceitos ou teorias podem ser aplicados para solucionar problemas. Dito de outra forma, ao cão aprendiz é dada a condição de compreender uma explicação sobre como deveria, passo a passo, exercer a força para se erguer. Ou seja, a aprendizagem se deu por meio da interação com o outro e das vivências decorrentes dessa interação.

Na contramão dessa proposição, a escola, de maneira geral, tende muito mais a optar por metodologias em que a explanação sobre a realidade prevalece do que por optar por criar espaços de prática, como os famosos espaços maker, utilizados em várias escolas na atualidade.

Dessa forma, vale aqui lembrar teóricos como Piaget, Montessori, Vygotsky, Wallon e Steiner (método Waldorf), cujas teorias trazem como ponto comum a humanização do processo educativo; a educação integral; o valor das interações com o outro e com o ambiente. Só assim poderemos repensar uma educação para o futuro que faça de fato sentido para quem ensina e para quem aprende.

Ainda, à revelia de métodos escolhidos, pode-se voltar aos modelos. Muitas vezes, erramos ao ensinar quando partimos do pressuposto de que o outro já detém um conhecimento prévio específico que lhe permitirá aprender o que dizemos. E evidentemente isso não é verdade. Nem todos estamos saindo do mesmo ponto de partida, nem todos percebemos a realidade da mesma forma... A história do cão professor nos faz, desta feita, refletir sobre a importância de considerar as demandas de aprendizagem daquele a quem ensinamos, equilibrando o que consideramos importante e o que o outro deseja ou precisa aprender.

Só assim o que trazemos de novo se tornará efetivamente significativo. E nossa memória nos conta, e nem faz segredo, só guardamos aquilo que nos importa ou impacta num determinado momento. A criação de uma sociedade em rede e a formação salutar de comunidades virtuais passa necessariamente por uma nova perspectiva de educação que pressuponha a inclusão, a colaboratividade e a humanização dos processos educativos em busca de uma cultura de não violência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm). Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **BNCC.** Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 jan. 2025.



AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCÍA, C., *et al.*. **Aprendizagem dialógica na sociedade da informação**. São Carlos: EduUFCar, 2018.

BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008.

CASCAIS, Maria das Graças Alves; TERÁN, Augusto Fachín. **Educação formal, informal e não formal na educação em ciências**. Trabalho apresentado no XX Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (XX EPENN), promovido pelo Forpred-Norte e Nordeste e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, de 23 a 36 de agosto de 2011, Manaus-AM. Disponível em: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0702enf.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

DE SOUZA, C. A.; DE SOUZA SANTANA, N.; CESAR GARCIA FREITAS, C.. Distância transacional: a interação professor-aluno como fator diferencial para (des)motivação na EaD. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6874>. Acesso em: 4 fev. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MOORE, M. G. **Educação a Distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MOREIRA, J. A.; CORREIA, J. & DIAS-TRINDADE, S.. Cenários híbridos de aprendizagem e a configuração de comunidades virtuais no ensino superior. **Sinéctica, Revista Electrónica de Educación**, (58), e1353, 2022. Disponível em: <https://sinectica.iteso.mx/index.php/SINECTICA/article/view/1353/1452>. Acesso em: 25 jan. 2025.

OCHS, Mariana. **Curadoria e higiene da informação**. Disponível em: <https://educamidia.org.br/curadoria-e-higiene-da-informacao/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PALACIOS, Marcos Silva. **Cotidiano e Sociabilidade no Cyberespaço: Apontamentos para uma discussão**. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José. (Org.). O indivíduo e as mídias. RIO DE JANEIRO, 1996, p. 87-104.

RECUERO, R.C. **Comunidades Virtuais: Uma abordagem teórica**. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional de Comunicação, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, promovido pela PUC/RS, 2001.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.